

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: ef2ecd99-e4b8-4924-9be5-9ed40417d54d
Protocolo: Processo Requerimento Nº 007388/2024
Data: 25/03/2024 12:15:49
Origem: RIOFORTE GESTAO E SERV LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: RIOFORTE GESTAO E SERV LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

| Nº | Origem | Destino | Movimentação | Situação |
|----|---|----------------------------|---|----------|
| 1 | Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 25/03/2024 12:17:14 | APOIO A COMISSAO DE PREGAO | Segue protocolo para as devidas providências. | Enviada |

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ**- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023 - Processo Administrativo n.º 22.400/2023**

A empresa RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.235.645/0001-79, com sede na Rua Acácio Novaes Pinheiro, nº 43, Anexo Parte, Centro de São João de Meriti/RJ, por intermédio do seu Representante Legal, Sr. Leilson de Souza Nepomuceno, portador da carteira de identidade nº 80.788.774-0 e do CPF nº 358.314.567-49, vem respeitosamente apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

amparada no artigo 165 da Lei 14.133/21 e no item 22 e seguintes do edital do PE nº 276/2023 contra a decisão do Ilustre Pregoeiro que julgou aceita e habilitada a proposta da licitante JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, aduzindo para tanto as razões fáticas e jurídicas que seguem adiante expostas:

RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 18.235.645/0001-79

Lei 14.133/21:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

...

Edital do PE nº 276/2023:

22. RECURSOS

22.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

22.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

22.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

22.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

22.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

...

DOS FATOS:

Preliminarmente convém trazer a lume o que dispõe a Lei 10.133/21 sobre a licitação pública, sobretudo quanto à observância aos princípios constitucionais:

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

RIOFORTE GESTÃO E SERVICOS LTDA

CNPJ 18.235.645/0001-79

Não obstante, de acordo com o mesmo diploma legal, serve o Edital convocatório como estabelecimento de todas as condições de participação dos interessados, de forma que sejam preservados os princípios estabelecidos, conforme transcrição:

“Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.”

Diante do exposto, o edital do PE 276/2023 fez a previsão a concessão de tratamento favorecido para empresas de pequeno porte:

5.1.8 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, , para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.1.9 - As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º.

5.1.9.1 Para comprovação da condição disposta no item anterior, a empresa licitante deverá apresentar ainda a Declaração atualizada devidamente assinada pelo representante legal e pelo contator (Anexo VI do edital)

Tendo em vista a previsão acima, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, declarou se beneficiária da Lei Complementar 123/06 e, diante de tal declaração, se beneficiou para deixar de comprovar a qualificação fiscal, mais especificamente no que tange à:

A – Certidão da Dívida Ativa Municipal – apresentou uma certidão emitida e 20mai2021 e um protocolo datado de 12mar2024;

B – Certidão da Dívida Ativa Estadual – Não apresentou quando solicitados os documentos de Habilitação.

Tendo em vista que, em tese, se tratava de Microempresa ou EPP, o pregoeiro aceitou os documentos da empresa, mas concedeu prazo para sua regularização.

LEILSON DE
SOUZA
NEPOMUCEN
O:35831456749

Assinado eletronicamente por LEILSON DE
SOUZA NEPOMUCEN em 22/04/2024 às 14h
14m 00s. O documento foi assinado em
nome do LEILSON DE SOUZA NEPOMUCEN
CPF: 01.011.111-111. O documento foi
assinado em nome do LEILSON DE SOUZA
NEPOMUCEN em 22/04/2024 às 14h 14m
00s. O documento foi assinado em nome
do LEILSON DE SOUZA NEPOMUCEN em
22/04/2024 às 14h 14m 00s.

RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA
E-mail: licitacoes@gruporioforte.com.br Tel.: (21) 2116-1044

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vencer obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”
José de Alencar

Mensagens

resultado de julgamento ou ainda, convocação de empresas remanescentes.

Enviada em 13/03/2024 às 14:39:09h

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 24.977.781/0001-37 - Desse modo fica solicitada tbm a entrega da Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo

Enviada em 13/03/2024 às 14:36:37h

Mensagem do Pregoeiro

Desse modo fica solicitada tbm a entrega da Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo

Enviada em 13/03/2024 às 14:34:15h

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 24.977.781/0001-37 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões.

Enviada em 13/03/2024 às 14:32:10h

Mensagem do Participante

Item G1

De 24.977.781/0001-37 - ok, iremos enviar planilha de custos anexo VIII

Enviada em 13/03/2024 às 14:29:21h

DOS ARGUMENTOS:

Em rápida consulta, verificou-se que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, não faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/06, fazendo incorretamente declaração nesse sentido junto ao sistema:

O edital 276/2023 dispõe no item 9.7:

9.7 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.** (nosso grifo)



Seguindo a orientação contida no item 9.7 do edital, devemos observar o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

...

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

...

Podemos verificar que, seguindo o raciocínio do §2º, do artigo 4º da Lei 14.133/21, a empresa que, no ano-calendário da realização da licitação, tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não pode se beneficiar do tratamento diferenciado previsto na LC 123/06.

A receita bruta máxima prevista no Artigo 3º da LC 123/06 é igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), como podemos ver abaixo:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).** (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

Ocorre que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, assinou, no dia 02jan2024, contrato com a Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEHAB, no valor de 19.093.000,00 (dezenove milhões e noventa e três mil reais). O extrato do instrumento contratual foi publicado no DOERJ nº 002, ano L, parte I, pag. 25, em 03 de janeiro de 2024, e pode ser rapidamente verificado através do link do site Compras

RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 18.235.645/0001-79

Públicas RJ (Sistema Integrado de Gestão e Aquisição – SIGA)

<https://www.compras.rj.gov.br/Contrato/buscar.action>, inserindo o CNPJ da licitante JRF
MANUTENCAO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37 (contrato e publicação em anexo)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.
Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A.

Contrato nº 0121/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
COMUNS DE TERCEIRIZAÇÃO EM VARRIÇÃO,
COLETA DE LIXO, TRANSPORTE E
DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS A
SEREM PRESTADOS NA UNIDADE DA CEASA-
IRAJÁ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CENTRAIS
DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO S/A – CEASA-RJ E A E JRF
MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**

A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A – CEASA-RJ, entidade, inscrita no CNPJ sob o nº 34.105.205/0001-53, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela **Diretora-Presidente BIANCA DE CARVALHO**, brasileira, solteira, bióloga, portadora da carteira de identidade nº 905425-1 – Marinha do Brasil, e inscrita no CPF sob o nº 082.263.317-57, e por seu **Diretor de Administração, LAURO FABIANO FERREIRA DA FONSECA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 186.804 OAB-RJ, e inscrito no CPF sob o nº 012.292.547-57, e a empresa **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na Rua Carlos Fox, s/nº, Lote 02, Quadra 53, Pte, Jardim Catarina, São Gonçalo, RJ, CEP: 24.717-101, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.977.781/0001-37, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por **FERNANDO GOES ROCHA FILHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 08.522.885-6 - DETRAN/RJ, CPF nº

CLÁUSULA QUINTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 19.093.000,00 (dezenove milhões e noventa e um mil, oitenta e três centavos).

**RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA**E-mail: licitacoes@gruporioforte.com.br Tel.: (21) 2116-1044

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vencer obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis." José de Alencar



RIOFORTE

RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 18.235.645/0001-79

Processo N°: 7.388 / 24
Rubrica: 8 Fls: 9

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.
Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 02 de MAIO de 2024.

BIANCA DE CARVALHO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – CEASA-RJ
Diretora-Presidente

LAURO FABIANO PEREIRA DA FONSECA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – CEASA-RJ
Diretor Administrativo

FERNANDO GOES ROCHA FILHO
JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EIRELI ME

Testemunhas:

CPF: 08578790731

CPF: 351850537-63

Ainda em relação ao tema, podemos verificar alguns posicionamento do TCU:

ACÓRDÃO TCU 298/2011: Ementa: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. SERVIÇO DE TELEATENDIMENTO. POSSÍVEL UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP PARA OBTENÇÃO DE TRATAMENTO FAVORECIDO NA LICITAÇÃO. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER A EXECUÇÃO DO CONTRATO. INDÍCIOS DO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE NAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LC Nº 123/2006. DETERMINAÇÃO PARA QUE O INSS ANULE O CONTRATO CASO SE CONFIRME A HIPÓTESE DE IRREGULARIDADE. - A utilização de prerrogativas expressamente reservadas a licitantes microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), por sociedade que não se enquadre na definição legal dessas categorias, configura fraude ao certame. - A responsabilidade pela exatidão, atualização e veracidade das declarações é exclusivamente das firmas licitantes que as forneceram à Administração.

ACÓRDÃO 1104/2014 – PLENÁRIO. REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADE NO ENQUADRAMENTO DE EMPRESA NA CONDIÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE,

NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. REVELIA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. APENSAMENTO.

REPRESENTAÇÃO. USO DE PRERROGATIVA RESERVADA A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. FRAUDE À LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. ASSINATURA DE PRAZO. [...] 9. Assim, verifico que os elementos constantes dos autos são bastantes para se concluir que a empresa usufruiu de forma indevida do tratamento diferenciado conferido pela LC 123/2006, utilizando-se de procedimentos fraudulentos. Além de apresentar declaração falsa, deixou de solicitar a mudança de enquadramento legal à Junta Comercial, descumprindo o art. 3º, § 9º, da LC 123/2006, o art. 11 do Decreto 6.204/2007 (então vigente) e o art. 1º da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio 103/2007, bem como de regularizar sua situação junto à Receita Federal. 10. Caracterizada a ocorrência de fraude à licitação, deve-se aplicar à empresa a sanção prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, declarando-se sua inidoneidade para participar de licitações da Administração Pública Federal pelo período de seis meses. O critério acompanha o adotado em outras decisões desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 3.074/2011, 745 e 1.104/2014, todos do Plenário. [TCU – Acórdão nº. 2.058/2016 – Plenário, Processo nº. 000.469/2016-5, Rel. Min. Bruno Dantas, julgado em: 10/08/2016]

PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO. FRAUDE A LICITAÇÃO MEDIANTE FALSA DECLARAÇÃO PARA USO DO TRATAMENTO CONCEDIDO A EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. PEDIDO DE REEXAME. INEXISTÊNCIA DE FRUIÇÃO DO PRODUTO DA FRAUDE. CONHECIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. REDUÇÃO DO PRAZO DA PENALIDADE APLICADA. [...] 11. Por fim, relativamente à dosimetria da penalidade imposta à recorrente, há, de fato, vários precedentes no âmbito deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos nº s 1.797/2014, 740/2014 e 1.853/2014, todos do Plenário, nos quais, em situações similares, houve o abrandamento da pena para as empresas que não tiveram usufruído indevidamente de benefícios com a apresentação de declaração fraudulenta. 12. Consoante constou no voto condutor do citado Acórdão nº 1.797/2014-TCU-Plenário, a ausência de obtenção de vantagem pode ser considerada como “atenuante no juízo a ser formulado pelo relator e pelo colegiado na dosimetria da pena a ser aplicada, quando, aí sim, a proporcionalidade da sanção será determinada em função da culpabilidade da conduta, dos antecedentes da responsável, das circunstâncias e das consequências do delito”. 13. Assim sendo e ante o apurado nos autos, julgo acertada a proposta ofertada pela unidade técnica, de provimento parcial ao recurso apresentado, para redução do prazo da penalidade aplicada à empresa Motivo X – Comércio de Mercadorias e Serviços Eireli – EPP para 3 (três) meses. [TCU – Acórdão nº. 1.677/2018 – Processo nº. 028.597/2017-6, Rel. Min. Augusto Nardes, julgado em: 25/07/2018]

Segundo ensinamentos do professor José dos Santos Carvalho Filho:

“se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade da administração, à impessoalidade e à probidade administrativa”.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, não resta dúvida sobre a imposição de necessária inabilitação da licitante JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, tendo em vista que tirou proveito DE MANEIRA ILEGAL do benefício previsto na Lei Complementar 123/06 e, uma vez sem a condição de ME ou EPP, não poderia ter seu prazo dilatado para apensar certidões fiscais válidas.

DO PEDIDO

Diante os fatos narrados e nas razões de direito expendidas, a Recorrente pugna para que:

- a) seja recebido o presente recurso;
- b) o Sr. Pregoeiro reconsidere sua decisão, reformando a decisão declarou a empresa Recorrida vencedora do certame, uma vez que ela tirou proveito DE MANEIRA ILEGAL do benefício previsto na LC 123/06 para ME e EPP;
- c) Seja determinado pelo Sr. Pregoeiro a realização de diligências CEHAB-RJ para verificação da veracidade das informações do contrato de prestação de serviço em anexo, assinado pela Recorrida;
- d) Seja determinado pelo Sr. Pregoeiro a realização de diligências junto à Receita Federal, para verificação da veracidade das informações contábeis escrituradas pela Recorrida;
- e) não havendo reconsideração, seja o presente recurso remetido à autoridade hierarquicamente superior, a fim de que seja reformada a decisão administrativa que declarou a Recorrida vencedora do certame.

Nestes termos, pede e aguarda o vosso deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024.

LEILSON DE SOUZA
NEPOMUCENO:358
31456749

Assinado digitalmente por LEILSON DE SOUZA
NEPOMUCENO:35831456749
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO), OU=29118636000114, OU=presencial, CN
=LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO:35831456749
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 16:33:44-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 18.235.645/0001-79
Leilson de Souza Nepomuceno – Administrador - CPF nº 358.314.567-49



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1182819-7

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2023/326415-9

26/04/2023 16:00:42

JUCERJA

Último arquivamento:

00005132472 - 13/10/2022

NIRE: 33.2.1182819-7

RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

Boleto(s): 104358675

Hash: 4FEB975E-B1A3-4BE2-966B-EA0D435C38E3

| Orgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 439,00 | 439,00 |
| DREI | 0,00 | 0,00 |

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

| Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|------------------|-------|--|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| xxx | xxx | XX |
| xxx | xxx | XX |
| xxx | xxx | XX |
| xxx | xxx | XX |

Requerente

Rio de Janeiro

Local

26/04/2023

Data

| | |
|----------------------|---|
| Nome: | Monica Costa |
| Assinatura: | ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo |
| Telefone de contato: | 2135057613 |
| E-mail: | monicacosta.m@gmail.com |
| Tipo de documento: | Digital |
| Data de criação: | 26/04/2023 |
| Data da 1ª entrada: | |



00-2023/326415-9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

NIRE: 33.2.1182819-7 Protocolo: 00-2023/326415-9 Data do protocolo: 26/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/04/2023 SOB O NÚMERO 00005442583 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 4DC078AC054984AFC18C493F9260BB79F34434BA49E84475BBD663A735A786E4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/7

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA
RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 18.235.645/0001-79

LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO, brasileiro, solteiro, empresário, portador de identidade nº 80.788.774-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 358.314.567-49, residente e domiciliado à Rua Gurupá, nº 93, Lindo Parque, São Gonçalo/RJ CEP: 24.420-210, único sócio da sociedade empresária **RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 18.235.645/0001-79, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº 33.2.1182819-7, com sede na Rua Acácio Novais Pinheiro, nº 43 – Anexo: Parte – Centro, São João de Meriti/RJ – CEP: 25.515-090, resolve promover a terceira alteração contratual da empresa, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A sociedade, a partir deste ato, retira de seu objeto social a atividade de Vigilância e Segurança Privada CNAE 80.11-1/01.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital passará de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor de 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nesta data em moeda corrente do país, ficando distribuídos da seguinte forma:

| Nome | % | Quotas | Valor R\$ |
|------------------------------------|-------------|----------------|-----------------------|
| <i>Leilson de Souza Nepomuceno</i> | 100% | 200.000 | R\$ 200.000,00 |
| Total | 100% | 200.000 | R\$ 200.000,00 |

CLÁUSULA TERCEIRA – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

Face as deliberações realizadas nos itens acima, resolve, o único sócio, consolidar o contrato social que passa a vigor com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 18.235.645/0001-79

LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO, brasileiro, solteiro, empresário, portador de identidade nº 80.788.774-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 358.314.567-49, residente e domiciliado à Rua Gurupá, nº 93, Lindo Parque, São Gonçalo/RJ - CEP 24.420-210, único sócio da empresa **RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 18.235.645/0001-79, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº 33.2.1182819-7, com sede na Rua Acácio Novais Pinheiro, nº 43 – Anexo: Parte Centro, São João de Meriti/RJ – CEP: 25.515-090, resolve constituir a Sociedade Limitada Unipessoal - SLU, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – A sociedade girará sob o nome empresarial **RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA**.

Cláusula Segunda – Rua Acácio Novais Pinheiro, nº 43 – Anexo: Parte – Centro, São João de Meriti/RJ – CEP: 25.515-090, podendo, todavia, estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele mediante alteração do ato constitutivo.

Cláusula Terceira – O objeto da empresa será: Consultoria em Segurança; Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo; Serviços Combinados para Apoio a

Edifícios; Limpeza em Prédios e em Domicílios; Atividades de Monitoramento de Sistemas de Segurança; Manutenção e Instalação Elétrica; Atividades de Limpeza não Especificadas Anteriormente; Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Escritório; Aluguel de Máquinas e Equipamentos Comerciais e Industriais; Estacionamento de Veículos; Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas; Aluguel de Automóveis sem condutor; Serviço de Transporte de Passageiros - Locação de Automóveis com Motorista; Bombeiro Civil; Fornecimento e Gestão de Recursos humanos para terceiros; Comércio varejista de artigos de papelaria.

Cláusula Quarta – O prazo de duração da empresa é indeterminado.

Cláusula Quinta – O capital é no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor de 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nesta data em moeda corrente do país, pertencendo ao sócio único, conforme a seguir.

| Nome | % | Quotas | Valor R\$ |
|------------------------------------|-------------|----------------|-----------------------|
| <i>Leilson de Souza Nepomuceno</i> | 100% | 200.000 | R\$ 200.000,00 |
| Total | 100% | 200.000 | R\$ 200.000,00 |

Cláusula Sexta – O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Sétima – A empresa será administrada pelo sócio **LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO** a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e

passiva, judicial e extrajudicial desta sociedade, sendo a responsabilidade do sócio limitada ao capital integralizado.

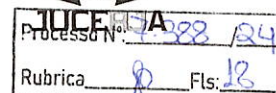
Cláusula Oitava – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023.

LEILSON DE SOUZA
NEPOMUCENO:
35831456749

Assinado digitalmente por LEILSON DE SOUZA
NEPOMUCENO 35831456749
DN: C=BR, O=CPMBrasil, OU=Representat,
OU=6078140017, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RJ, OU=ARQUIVADOS, OJ=REB
serial=1, CN=LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO
35831456749
Razão: Este é o texto do documento
Localização
Data: 2023.04.26 15:59:28

LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, NIRE 33.2.1182819-7, PROTOCOLO 00-2023/326415-9, ARQUIVADO EM 26/04/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005442583, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

| CPF/CNPJ | Nome |
|----------------|-----------------------------|
| 358.314.567-49 | LEILSON DE SOUZA NEPOMUCENO |
| 084.899.657-73 | MONICA COSTA |

26 de abril de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

NIRE: 332.1182819-7 Protocolo: 00-2023/326415-9 Data do protocolo: 26/04/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/04/2023 SOB O NÚMERO 00005442583 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 4DC078AC054984AFC18C493F9260BB79F34434BA49E84475BBD663A735A786E4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUCE RJ
assinado digitalmente

Pag. 7/7



À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Ilmo. Sr. Pregoeiro

Pregão Eletrônico Nº 276/2023 (SRP)

JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, estabelecida na Rua CARLOS FOX S/N, LOTE 02 QUADRA 53 PTE, JARDIM CATARINA, SÃO GONÇALO/RJ, CEP: 24.717-101, inscrita no CNPJ sob nº 24.977.781/0001-37, neste ato representada por JOSE EMILIANO DA SILVA IRMÃO, portador(a) do RG sob nº 185596TD CREA RJ, e CPF 012.727.40730, cuja função/cargo é sócio administrador, residente na Alameda João Corner, 61. Colubandê, SÃO GONÇALO RJ, CEP: 24.744-770, conforme art. 164, § 4º da Lei nº 14.133 /2021, em tempo hábil, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

CONTRARAZÕES

Em razão dos recursos interpostos por **UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO, MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUCOES CONTRA INCENDIOS, E, RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA**, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover os recursos interpostos:

I - FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município de FRIBURGO que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de empresas



especializadas para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos, Locação de Banheiro Químico e Lavatório Portátil para eventos, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 276/2023.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DAS RECORRENTES**, que interpuseram recursos administrativos fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão que declarou esta como **HABILITADA**.

Entretanto, conforme será demonstrado, os recursos administrativos não merecem provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

II - DAS RAZÕES PARA MANTER A HABILITAÇÃO DA EMPRESA ORA RECORRIDA:

Importa trazer que os recursos interpostos são vestidos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR SERVIÇO DE QUALIDADE A POPULAÇÃO DE FRIBURGO, SEM ONERAR O ERÁRIO PÚBLICO**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Inicialmente cabe debater sobre os referidos recursos abaixo:

UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO, interposto 19/03/2024:



Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Laudos de Vícios Construtivos,
Sistema de Prevenção Contra Incêndio - Execução, Perícias e Assistência
Técnica Judicial, Autovistoria Predial, Avaliações de Imóveis,
Projetos (Hidrossanitários e Elétrica) e Brigada de Incêndio

Solicito a desabilitação da empresa abaixo pelos seguintes motivos:

1) **Empresa: JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 24.977.781/0001-37:

- O valor ofertado para diária de R\$ 295,00 pela empresa é inferior ao valor mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUCOES CONTRA INCENDIOS, INTERPOSTO EM 20/03/2024:



Master Fire

Solicito a desabilitação da empresa abaixo pelos seguintes motivos:

1) **Empresa: JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 24.977.781/0001-37:

No inciso III do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece, como um dos objetivos do processo licitatório, evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis, sem fixar, contudo, um critério estável, segundo o qual possa ser alcançável os parâmetros para que uma proposta possa ser considerada inexequível.

A despeito do obstáculo quanto à objetiva compreensão do termo, o artigo 59, III, testifica que serão desclassificadas as propostas que *"apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação"*. Logo, inconteste o desafio da administração pública pela busca da proposta que atenda o ideal (mas quimérico) preço de mercado, é dizer, nem tão elevado, tampouco exageradamente abaixo da realidade mercadológica.

O valor ofertado para diária de R\$ 295,00 pela empresa é inferior ao valor mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32 conforme a tabela em anexo, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

Ambos apresentaram recurso de algumas linhas na tentativa de discorrer sobre o valor ofertado que supostamente estaria em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024.

Ora, Nobres Julgadores, com uma simples leitura da referida Convenção verifica-se que o valor alegado pelas empresas recorrentes como "inferior ao valor mínimo do salário base da categoria" deixou de observar que

Av. Carlos Fox, s/n LT 02 QD 53 PARTE Jd. Catarina São Gonçalo - RJ CEP: 24717-100 TEL:3712-0726 e-mail: grupotranger@hotmail.com



o valor de R\$331,32 na tabela da CCT 2022/2024 MTE RJ000990/2023 é referente a função profissional FREE LANCER.

Logo, não é este o tipo de contratação a ser utilizada para efetivação do Contrato, pois o significado de free lancer, nada mais é que ser autônomo. Ou seja, difere de ter um contrato entre o profissional e uma empresa, como é neste caso concreto.

Desta forma, torna-se insustentável o argumento trazido pelas empresas Recorrentes.

Com a devida vênia, as empresas recorrentes tentam levar o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro, **fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo da legislação** a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado desfavorável.

PARA ALÉM: A presente empresa recorrida foi declarada vencedora do pregão, tendo apresentado o menor preço e tendo sido, em seguida, devidamente habilitada. As RECORRENTES registraram intenção de recurso, servindo-se de razeiro VAZIAMENTE os recursos com a alegação de que teria EXISTÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

Toda a montagem de custos foi efetuada através de preços compatíveis para a realidade da empresa, AINDA ASSIM, existindo dúvidas quanto a possibilidade, caberá a Comissão realizar diligências para comprovação de exequibilidade (uma vez que não se trata de valor absurdamente BAIXO como alega), e não promover a desclassificação da empresa recorrida.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao



mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório.

Em vista ao exposto, é forçoso concluir que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem extrema importância, **na medida em que além de impor que as normas nele estipuladas devem ser fielmente observadas pela Administração e pelos administrados, assegura o cumprimento de inúmeros outros princípios atinentes ao certame: transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativo, julgamento objetivo e segurança jurídica.**

De fato, uma proposta não pode ser considerada inexequível apenas porque a licitante perdedora não conseguiria executá-la e/ou por adotar modelo diverso, com menor eficiência e economicidade. As condições econômico-financeiras da corrente e da sua proposta não são parâmetros de exequibilidade.

Conforme Marçal Justen Filho, "A desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como **EXCEÇÃO**, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside **na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias**". Ainda, ao apresentar argumentos



contrários à desclassificação por inexecutabilidade, o autor descreve a distinção entre inexecutabilidade absoluta (subjéctiva) e relativa (objectiva):

"A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa (...)"

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da proposta vencedora, uma vez que os preços praticados na proposta da **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS** são perfeitamente adequados e exequíveis, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado

Ressalta-se, por fim: existe autorização expressa da Administração Pública para a concretização de todos os atos realizados para com o certame, além de ser importante ressaltar também a boa-fé administrativa em ter concluída a licitação de forma justa, não fazendo **NENHUM** sentido interpor recurso administrativo, onerando a Administração Pública com lides que apenas atrasam a conclusão da licitação.

Passado as questões sobre o preço ofertado, há de se verificar as razões recursais interpostas pela empresa RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, em 22/03/2024:

Em primeiro lugar diz a Recorrente que a empresa JRF, ora Recorrida, se declarou beneficiária da Lei Complementar 123/2006.

Vale esclarecer que, não houve qualquer declaração



preenchida por esta empresa declarando ser ME/EPP, conforme se pode verificar mediante a documentação anteriormente enviada.

Ainda no tocante a documentação enviada, a Certidão da Dívida Ativa Municipal quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro em 13/03/2024 às 14:36:37h esta fora prontamente enviada para o sistema dentro do prazo estabelecido, conforme registro de recebimento de anexo através de mensagem do Chat.

Os demais documentos de habilitação, requisitados em edital, todos foram enviados e conferidos e aprovados pela Comissão de Licitação, conforme mensagem:

Mensagem do Pregoeiro

Informo que a empresa JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA comprovou atender às exigências editalícias.

Enviada em 19/03/2024 às 11:23:29h

Em verdade, o pregoeiro tem o dever de preservar o menor preço e diligenciar aos órgãos competentes, Conforme dispõe o edital:

14.15 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Mais uma vez, vale destacar cláusula expressa do edital que nada



tem haver com ME/EPP bem como tentar erroneamente argumentar a empresa Recorrente, RIO FORTE:

15.8 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, nos termos do art. 39, §6º, IN 73/2022.

Nesse sentido dispõem o art. 43, §3º, todos do Decreto 10.024/2019:

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

A doutrina selecionada também já se manifesta sobre a possibilidade de o pregoeiro realizar consultas online com o fito de verificação. Nesse sentido, os ensinamentos de Joel de Menezes NIEBUHR:

O pregoeiro, se quiser, pode ele mesmo verificar os requisitos de habilitação exigidos dos licitantes nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões. Então, em vez de solicitar que os documentos sejam apresentados por fax e, posteriormente, original ou fotocópia autenticada, o pregoeiro pode ele mesmo acessar os sites que emitem certidões e verificar as condições de habilitação do licitante, sem que o mesmo tenha que lhe apresentar qualquer documento. NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 376.

Para Diógenes Gasparini:



Auspicioso aperfeiçoamento vem avançando no quadro normativo e na jurisprudência dos tribunais de contas quanto à possibilidade de admitir-se o suprimento de documentos de habilitação não apresentados no envelope ou apresentados com prazo vencido. [...] O Ac. nº 1.758/03, do Plenário do TCU, DOU de 28.11.03, proclamou a licitude de pregoeiro haver autorizado a inclusão, no curso da sessão pública, de documento de habilitação que, nada obstante vencido no envelope, por lapso, foi suprimido por informação do registro cadastral onde se encontrava atualizado. E o Decreto nº 5.450/05, ao cuidar do pregão eletrônico na Administração federal, vem de reconhecer, em seu art. 25, § 4º, que "Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova". Atenua-se em termos o aparente rigorismo da parte final do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

Ainda temos as seguintes lições de Marçal JUSTEN FILHO:

Se as informações estiverem disponíveis 'online', **caberá ao próprio pregoeiro, de ofício, realizar a consulta sobre a situação do licitante.** Isso abrange não apenas as informações disponíveis em cadastros como o SICAF, mas também outras situações em que é possível acessar informações via Internet. Assim se passa com informações atinentes à Receita Federal, ao INSS e assim por diante. JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão: Comentários à legislação do Pregão comum e eletrônico. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013. p. 385.

Acerca do tema, também já se manifestou Hely Lopes Meirelles:



A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados. (...) Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 274.)

O que se percebe, tanto na melhor doutrina quanto na jurisprudência mais aclamada, é a homenagem ao princípio do formalismo moderado, que, aliás, é corolário do princípio da eficiência (CF, art. 37, caput).

Portanto, fica claro que, por questão de razoabilidade e prudência, nas hipóteses de falha sanável a lei permite ao agente condutor do certame a realizar diligência apta a esclarecer ou complementar a instrução processual, de acordo com o disposto no art. 64, §1º da Lei Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Alíás, no presente caso, o saneamento de falha por parte do pregoeiro não seria apenas uma faculdade, mas um dever, em face do princípio da vantajosidade, bem como em face do já aludido princípio do formalismo moderado.

OU SEJA, NADA TEM QUE SE FALAR EM SER CONDIÇÃO ESPECIAL PARA ME OU EPP.

O SR. PREGOEIRO APENAS AGIU DE ACORDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

A jurisprudência pátria também é uníssona quanto ao dever do pregoeiro em promover diligências para sanar falhas materiais, sempre em busca da efetivação dos princípios mais caros à Administração Pública



(vantajosidade, razoabilidade, formalismo moderado, legalidade e eficiência).
Veja-se o entendimento consolidado do Egrégio TCU:

- a) a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, determina que somente serão admitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações; e que a lei de licitações, em seu art. 3º, § 1º, I, determina, por sua vez, que é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar condições que frustrem o caráter competitivo ou que estabeleçam preferências ou distinções impertinentes ou irrelevantes para o objeto do contrato;
- b) Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. Acórdão 357/2015- Plenário | Relator: BRUNO DANTAS. ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação. Outros indexadores: Princípio do formalismo moderado.



- c) c) Não se desclassifica propostas de licitante pelo descumprimento de exigências pouco relevantes, em respeito ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Acórdão 11907/2011-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN. ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Exigência, Princípio do formalismo moderado, Irrelevância Descumprimento, Princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Sendo assim, a legalidade da decisão que habilitou a recorrida merece ser mantida para atender aos princípios da Eficiência e o da Isonomia que regem a matéria em exame, eis que a **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA** tomou todos os cuidados necessários para respeitar e cumprir com o que foi estritamente estipulado pelo Edital.

III – DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer:

- 1- **SEJA NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS INTERPOSTOS**, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.



2- Seja a JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA DECLARADA VENCEDORA POR SUA PROPOSTA NO PREGÃO ELETRÔNICO 276/2023, pelos fatos e motivos acima expostos.

Nestes Termos

P. Deferimento

São Gonçalo, 27 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE EMILIANO DA SILVA IRMAO
Data: 27/03/2024 16:40:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

CNPJ 24.977.781/0001-37

Rep Legal: JOSÉ EMILIANO DA SILVA IRMÃO

24.977.781/0001-37

JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Rua Carlos Fox, S N. Lt 02, Qd 53. Pte.

Jardim Catarina. Cep: 24.717-101

São Gonçalo - RJ

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023.

Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processos de Recurso nº: 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 276/2023

OBJETO:

Trata-se de RECURSOS interpostos pelas empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, inscrita no CNPJ: 38.257.479/0001-19, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, inscrita no CNPJ: 34.550.596/0001-15 e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 18.235.645/0001-79, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recursos Administrativos, conforme comprovam os documentos acostados aos Processos de Recurso nº 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos a partir do dia 19/03/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 22.400/2023, as empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA manifestaram a intenção de interpor recursos.

Por uma simples análise dos presentes Recursos, verifica-se que os mesmos foram enviados com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, as recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA alegam que haveria indício de inexecuibilidade da proposta, pois o valor de R\$295,00 ofertado para a diária pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, seria inferior ao mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio. *len*

Já a recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA alega que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, declarou-se beneficiária da Lei Complementar 123/06 para regularização de documentos de qualificação fiscal, mas não faria jus ao tratamento diferenciado previsto na referida



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.388/2024

RUBRICA: *cp* FOLHA: *34*

Comissão de Pregão I

Lei, pois teria celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA alega que não se sustentaria o argumento trazido pelas recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, pois a simples leitura da referida Convenção comprovaria que o valor alegado como "inferior ao valor mínimo do salário base da categoria" deixou de observar que o valor de R\$331,32 na tabela da CCT 2022/2024 MTE RJ000990/2023 seria referente à função profissional FREE LANCER, que não seria o tipo de contratação em questão, pois no caso concreto haveria um contrato entre o profissional e uma empresa.

Já quanto às alegações da recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, a recorrida alega que:

- 1) não teria havido qualquer declaração preenchida pela empresa declarando ser ME/EPP, conforme seria possível verificar pela documentação anteriormente enviada;
- 2) a Certidão da Dívida Ativa Municipal teria sido prontamente enviada para o sistema dentro do prazo estabelecido, conforme registro de recebimento de anexo através de mensagem do Chat quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro em 13/03/2024 às 14:36:37h, assim como os demais documentos de habilitação, não tendo sido aplicado benefício para ME/EPP.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.388/2024

RUBRICA: *cp* FOLHA: *35*

Comissão de Pregão I

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação de que a proposta apresentada pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA seria inexequível, além de observar que tal possibilidade só seria considerada após diligência do pregoeiro que comprovasse que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistiriam custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, conforme o subitem 14.4.1 do Edital, vejamos a jurisprudência do TCU acerca da matéria:

"A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta."
(Acórdão 3092/2014 – Plenário)

"A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada." (Acórdão 1079/2017 – Plenário)

"É relativa a presunção de inexequibilidade de preços, devendo a Administração ofertar ao licitante a possibilidade de comprovar sua capacidade de bem executar o contrato com os preços propostos." (Acórdão 964/2010-Primeira Câmara)

"Em qualquer situação de suposta inexequibilidade é inadmissível a desclassificação direta de licitantes sem que lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados." (Acórdão 79/2010 – Plenário)

Comissão de Pregão I

"O exercício do juízo de inexecuibilidade demanda máxima cautela e comedimento, mostrando-se irregular a desclassificação de empresas sem que tenha restado demonstrado, de forma evidente, a impossibilidade de prestação do serviço pelo valor ofertado." (Acórdão 284/2008 – Plenário)

Sobre a matéria, vide as considerações de JUSTEN FILHO:

"A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução (...). Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato."

Não por outra razão que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, tem se afirmado que a inexecuibilidade se reveste de presunção relativa. Isto quer significar, em termos práticos, que poderá a proponente afastá-la (inexecuibilidade), mediante comprovação de sua efetiva capacidade de executar o objeto licitado pelo preço oferecido. E nem poderia ser diferente, eis que seria inconcebível que a mera aplicação de uma fórmula matemática ou critérios máximos de aceitabilidade prevalecessem sobre a realidade.

Conforme os julgados supramencionados, não cabe a desclassificação de proposta por inexecuibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados, o que fora realizado pelo Pregoeiro no dia 13/03/2024 às 14:22:32, conforme consta no Termo de Julgamento referente ao grupo 1 que integra o Processo 22.400/2023. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, torna-se desarrazoada a alegação da recorrente.





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

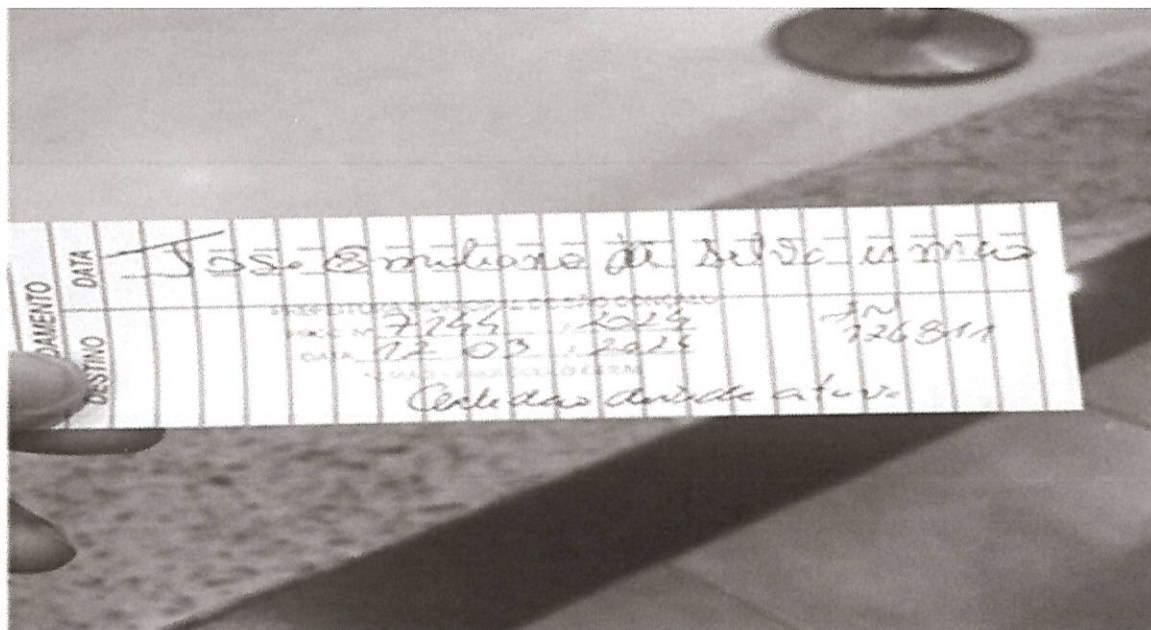
PROCESSO Nº: 7.388/2024

RUBRICA: *cp* FOLHA: **38**

Comissão de Pregão I

Contrariando a alegação de que a JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA não se beneficiou da Lei Complementar 123/06, vejamos a transcrição do chat das mensagens enviadas pelo Pregoeiro:

- Dia 13/03/2024 às 14:27:09: "Sr. licitante quanto a documentação de habilitação a empresa apresentou um protocolo de solicitação a Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ, referente a CND de Dívida Ativa".



- Dia 13/03/2024 às 14:28:52: "O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021". *cp*

Comissão de Pregão I

- Dia 13/03/2024 às 14:32:16: *"Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões".*
- Dia 13/03/2024 às 14:36:37: *"Desse modo fica solicitada também a entrega da Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo".*

A Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, não está disponível no site do Município e foi encaminhada por e-mail pela empresa conforme demonstrado em anexo.

Não obstante a alegação da recorrida, podemos depreender dos trechos supramencionados que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA se beneficiou da Lei Complementar 123/06.

No entanto, a empresa celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme alegações da recorrente. *ep*

Neste sentido dispõe o Art. 4 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Comissão de Pregão I

(...)

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Portanto, além de declarar o enquadramento como ME/EPP, nos termos da LC 123/2006, a partir de um critério essencialmente econômico (faturamento), a empresa licitante deverá declarar a observância dos limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 sob o aspecto eminentemente contratual, considerando os negócios firmados no ano de realização da licitação, independentemente se os valores amparados pelos contratos foram faturados ou não naquele ano. *[assinatura]*

Posto isso, dado o tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas e o fato delas obterem vantagem sobre as demais concorrentes, nos termos da LC nº 123/2006, as suas declarações quando apresentadas em desconformidade com a realidade, assumem a característica de declaração fraudulenta de licitante, sendo punível pela mera conduta, não se vinculando, portanto, ao resultado que sobrevier.

Comissão de Pregão I


Nesse diapasão, considerando o princípio da autotutela, o qual estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos, corroboramos o entendimento da recorrente de que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA não se enquadraria como empresa de pequeno porte, não sendo beneficiária da Lei Complementar 123/06 para regularização de documentos de qualificação fiscal, devendo, por conseguinte, ser desclassificada.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 276/2023, e no mérito **DOU PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa **RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA** e **NEGO PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas **MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA** e **UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA**.

A decisão segue para a Secretaria de Turismo para conhecimento e manifestação neste processo e à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, a fim de que se possa ser agendado o prosseguimento da sessão do PE 276/2023.

Nova Friburgo, 01 de abril de 2024.



Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Processo Nº: 7.388/24
Rubrica: M. Fls: 92

JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ENVIO DE DOCUMENTOS

1 mensagem

JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS <contas.jrfsg@gmail.com>
Para: licitacaopmnf@gmail.com

13 de março de 2024 às 17:15

Prezados,

após clicar no botão 'encerrar envios' e o sistema não voltar a funcionar, segue documentos solicitados:

planilha de custas ANEXO VIII E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO.

"Sr. Fornecedor JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ 24.977.781/0001-37, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 17:00:00 do dia 13/03/2024. Justificativa: Solicito o envio da planilha de custos anexo VIII com o mesmo valor informado na proposta readequada. .

Para 24.977.781/0001-37 - Desse modo fica solicitada tbm a entrega da Certidão Negativa de Divida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo"

--
Atenciosamente,
JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS.

3 anexos

Imagem do WhatsApp de 2024-03-13 à(s) 17.01.53_a31ba88a.jpg
131K

CNDA SG.pdf
554K

ANEXO VIII - para enviar.pdf
1119K



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº 247/ CDA/2024

CERTIFICAMOS para os devidos fins em cumprimento ao processo protocolado sob o Nº 7144/2024 a requerimento de **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 24.977.781/0001-37, que a referida Empresa, inscrita no Cadastro Mobiliário sob o nº126811, localizada na Rua Carlos Fox, S/N, Lt 02, Qd 53 – Parte, Bairro: Jardim Catarina, não possui, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa na Fazenda Pública Municipal.

Ressalva-se o direito desta Fazenda Pública Municipal de cobrar os “Créditos Tributários” que venham a ser apurados, conforme Artigo 89 da Lei Municipal 041/03.

Esta certidão tem validade de 90 dias a contar da data de expedição.

O referido é verdade e dou fé.

São Gonçalo, 13 de março de 2024

Celia Coutinho Pereira
Matrícula - 14801

Emitida por

Januza Brandão Assad Santos
Subprocuradora
Matr. 118.580

Januza Brandão Assad Santos
Procuradora Geral
Matrícula – 124.504



A: Procuradoria Geral do Município

Prezados,

Encaminho o presente para análise jurídica do recursos apresentados.

Atenciosamente,

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo
Mat.: 062.790



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Processo nº: 7.388/2024

Recorrente: Rioforte Gestão e Serviços Ltda.

Recorrida: JRF Manutenção e Serviços Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico nº 276 de 2023 - Processo Licitatório nº 22400/2023

PROCESSO N° 7388

DIA 10/04/2024

Folhas N° 45 Rubrica 8

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 276 de 2023 – Processo Licitatório nº 22400/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação, via registro de preços, de empresa especializada para os serviços de Bombeiro Civil – brigada de incêndio para eventos, apoio à segurança não armada para eventos, locação de banheiro químico e laboratório portátil para eventos.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 04 de abril do ano em curso.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/11 que a recorrida declarou ser beneficiária da Lei Complementar nº 123/06 e, diante de tal declaração, deixou de apresentar certidões da Dívida Ativa Municipal e Estadual no momento de realização do certame, sendo concedido prazo para apresentação posterior.

Aduz, ainda, que, apesar da declaração realizada pela recorrida, esta última não faria jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, uma vez que teria firmado, no dia 02/01/2024, contrato com as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A – CEASA/RJ, no valor de R\$ 19.093.000,00 (dezenove milhões e noventa e três mil reais), o que inviabilizaria a utilização do benefício com fulcro no que preconiza o art. 14, §2º, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/06.

Requer, por fim, o provimento do recurso para inabilitação da empresa recorrida,

Rua Moisés Amélio, nº 07, 1º Andar, Centro, Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro

Telefone: (22) 2525-9100 – www.pmnf.rj.gov.br

Carlos Eduardo V. M. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63247



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 13.28

DIA 10/04/2024

Folhas N° 16 Rubrica B

tendo em vista a utilização irregular do benefício previsto na Lei Complementar n° 123/06.

Por sua vez, a recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 19/31, aduzindo que não houve qualquer declaração preenchida pela empresa em comento consignando ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME e EPP), conforme seria possível verificar em documentação anteriormente enviada.

Esclarece, do mesmo modo, que a certidão da Dívida Ativa Municipal foi encaminhada quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro, em 13/03/2024, sendo certo que todos os demais documentos previstos no edital foram enviados, conferidos e aprovados pela Comissão de Pregão, conforme mensagem encaminhada pelo sistema e anexada na referida manifestação.

A Comissão de Pregão I, em manifestação acostada às fls. 32/41, demonstrando *prints* do sistema “*Compras.gov*”, informa que recorrida declarou-se EPP para participar do certame licitatório em comento e encaminhou contrato social no qual consta “*Empresa de Pequeno Porte*”.

Na mesma oportunidade, acostou trocas de mensagens com a recorrida, afirmando que restou evidenciada a utilização dos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123/06, sendo a Certidão de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo encaminhada posteriormente.

Destaca, ainda, que a empresa licitante deve observar os limites estabelecidos no art. 4º, §2º, da Lei n° 14.133/21 sob o aspecto eminentemente contratual, considerando os negócios firmados no ano da realização da licitação, independentemente do faturamento dos valores, salientando que as declarações em desconformidade com a realidade com o fito de obter vantagem com as disposições da Lei Complementar n° 123/06 assumem característica de declaração fraudulenta de licitante, não se vinculando ao resultado que sobrevier.



Pelo exposto, decide pela desclassificação da recorrida, destacando que esta última não se enquadraria como EPP, motivo pelo qual não faria jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, o que inviabilizaria a apresentação posterior dos documentos de qualificação fiscal.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESO Nº 43.88

DIA 10/09/2024

Folhas Nº 48 Rubrica 8

(dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente – ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente – quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e a Secretaria Municipal de Cultura, motivo pelo qual a esta assessoria jurídica cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da Secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

"O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 7238

DIA 10/04/2024

Folhas N° 49 Rubrica 0

superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos."

No caso em exame, conforme narrado no relatório da presente manifestação, a Comissão de Pregão I se manifestou acerca do recurso (fls. 32/41), dando-lhe provimento para desclassificar a empresa RIOFORTE GESTÃO E SERVIÇOS LTDA.

II.I. Da impossibilidade de enquadramento da empresa recorrida como EPP no presente certame licitatório

Inicialmente, cabe assinalar que a Lei nº 14.133/21 prevê a aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 às MEs/EPPs na realização de certames licitatórios e na celebração de contratos administrativos, conforme disposição de seu art. 4º, caput, *in verbis*:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

[...]

No mesmo dispositivo, são enumeradas hipóteses de não aplicação dos referidos benefícios constantes na Lei Complementar nº 123/06, na forma do que preconizam os seus §§1º e 2º:

Art. 4º [...]

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo



valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

[...]

É possível inferir que os dispositivos supracitados aludem à observância dos valores relativos à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, os quais se encontram previstos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

No caso dos autos, o argumento utilizado para inviabilizar a participação da empresa recorrida como EPP seria a celebração de contrato administrativo no valor R\$ 19.093.000,00 (dezenove milhões e noventa e três mil reais), em janeiro do corrente ano (2024).



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 43.38
DIA 10/04/2024

Folhas N° 51 Rubrica 8

Tal alegação encontraria guarida no art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21, que veda a obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/06 às EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Vale salientar, na toada do explicitado pela Comissão de Pregão I às fls. 32/41, que os limites estabelecidos no art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21 devem ser observados sob o aspecto eminentemente contratual, considerando os negócios firmados no ano da realização da licitação, independentemente do faturamento dos valores.

Destarte, diante da celebração de contrato administrativo acima dos limites previstos no art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21, no ano-calendário de realização do presente certame licitatório, salvo melhor juízo, não seria possível o enquadramento da empresa recorrida como EPP, motivo pelo qual não poderia fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

Entretanto, em que pese a referida objeção, algumas ponderações se fazem pertinentes, tendo em vista todo o desenrolar do presente feito, o que será demonstrado nos próximos tópicos. Veja-se.

II.II. Da alegação da empresa recorrida de que não apresentou qualquer declaração preenchida de enquadramento como EPP

Ultrapassado o tópico concernente à efetiva impossibilidade de enquadramento da empresa recorrida como EPP no presente certame licitatório, cabe abordar sua alegação quanto ao não preenchimento de declaração para se valer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.

Como explanado no relatório da presente manifestação, a Comissão de Pregão I,



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 43.88
DIA 10/04/2024

Folhas Nº 52 Rubrica B

demonstrando *prints* do sistema “Compras.gov”, informou que recorrida declarou-se EPP para participar do certame licitatório em comento e encaminhou contrato social no qual consta “*Empresa de Pequeno Porte*”.

Por sua vez, a recorrida, em suas contrarrazões constantes às fls. 19/31, afirma que não apresentou qualquer declaração preenchida de enquadramento como EPP.

Diante do imbróglio narrado, cabe destacar que as condições de participação para ME e EPP foram previstas em alguns itens do edital do PE nº 276/2023, valendo destaque para o constante nos itens 5.1.9 e 5.1.9.1, que versam sobre as condições de participação do certame:

5.1.9 - As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º.

5.1.9.1 Para comprovação da condição disposta no item anterior, a empresa licitante deverá apresentar ainda a Declaração atualizada devidamente assinada pelo representante legal e pelo contator (Anexo VI do edital).

Portanto, para se valer dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, a empresa licitante enquadrada como ME/EPP deveria: (i) declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º e; (ii) apresentar a Declaração atualizada devidamente assinada pelo representante legal e pelo contator (Anexo VI do edital).

Nota-se, com isso, a necessidade de conjugação de dois elementos para fins de contemplação da benesse pleiteada, quais sejam, a declaração em campo sistêmico próprio e apresentação de documento formal neste sentido. Tratam-se de condutas imputadas ao particular, cabendo a este tomar tais providências.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
PROCESSO N° 4388

DIA 10/04/2024

Folhas N° 53 Rubrica 10

Na situação em tela, em que pese a afirmação da Comissão de Pregão de que a recorrida teria se declarado como EPP para participar do presente certame licitatório, verifica-se, ao compulsar os autos, que não foi apresentada pela empresa em comento a Declaração constante no Anexo VI do edital, documento este disponibilizado pelo Poder Público para fins de preenchimento.

Ora, ao não apresentar declaração devidamente assinada referente à condição de EPP, a empresa recorrida deixou de perquirir todos os procedimentos necessários à concretização de sua participação sob a condição especial prevista na Lei Complementar nº 123/06, porém foi beneficiada em momento posterior.

Entrementes, não se revela adequado que o particular valha-se de sua torpeza (não apresentação de informação de desenquadramento) para fazer jus aos benefícios devidos às EPPs pelo fato de não apresentar documentação formal do seu enquadramento nesta qualidade. Inclusive, em comunicação formalizada pelo i. Pregoeiro, houve concessão de prazo para apresentação de documentação, prazo este que é conferido unicamente às MEs e EPPs (art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06).

Logo, tendo em vista que é competência do Pregoeiro a condução do procedimento licitatório, este entendeu pela desclassificação da empresa recorrida, sob o fundamento de concessão indevida de benefícios, por não enquadramento do licitante nas benesses da Lei Complementar nº 123/06, em especial aquela constante no § 1º do art. 43.

Pelo exposto, tendo em vista a não apresentação de toda a documentação pertinente para fins de concessão das benesses da Lei Complementar nº 123/06, o benefício concedido se revela equivocado e não se observa excessos ou irregularidades quanto a decisão do i. Pregoeiro.

II.III. Do entendimento quanto à possibilidade de juntada de documento novo



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 4388

DIA 10/04/2024

Folhas N° 54 Rubrica 16

Ao compulsar os autos, é possível inferir que a empresa recorrida, supostamente, teria se valido do benefício previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06, que dispõe sobre a possibilidade de apresentação posterior de documento de regularidade fiscal:

Art. 43, §1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Ocorre que ao se levar em consideração que a empresa recorrida não faz jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, a participação do certame licitatório sob tal condição especial, seria possível atrair o entendimento quanto à possibilidade de juntada de documento novo, em sede de diligência, desde que destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública e **desde que tal possibilidade fosse estendida a todos os licitantes, sem distinção.**

Significa dizer que a empresa recorrida, ao não usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, poderia se enquadrar na hipótese em comento, aplicável a qualquer licitante, com vistas a resguardar a melhor proposta para a Administração Pública.

Sobre o tema, vale, primeiramente, destacar o que preconiza o art. 64 da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
PROCESSO N° 73.88

DIA 10/06/2021

Folhas N° 55 Rubrica 8

do certame:

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

Da detida análise do dispositivo supratranscrito, infere-se que o legislador permitiu a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

O que se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação.

Tal evolução legislativa está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União que, em decisões recentes, opinou pela possibilidade de juntada de documentos, desde que atestem condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar a ementa do referido Acórdão do TCU¹:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO

¹ TCU, Acórdão n. 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.



DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro". (sem grifos no original)

Do voto do Ministro Walton Alencar, relator do feito, pode-se perceber que foi apontada a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

"[...] Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de "erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica" previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.

O art. 26, §9º, do mesmo normativo estabelece que "os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38".



Já o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: "as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação".

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.



As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

"Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos,



atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação."

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.

Pelo exposto, julgo procedente a presente representação tendo em vista que o pregoeiro deixou de fundamentar o ato pelo qual concedeu nova oportunidade para envio da documentação, no prazo de 30 minutos, e considero prejudicada a medida cautelar pleiteada, uma vez que o certame foi revogado".

No Acórdão 2443/2021-Plenário², datado de 06/10/2021, o TCU novamente afirmou a possibilidade de documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência:

ENUNCIADO

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência. (sem grifos no original)

² TCU, Acórdão nº 2443/2021, do Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, j. em 06.10.2021.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 7388

DIA 10/04/2021

Folhas N° 60 Rubrica 8

Vale transcrever parte do voto do Relator Augusto Sherman no supracitado Acórdão:

"[...] 13. Ademais, conforme bem pontuado pela Selog, os pareceres jurídicos que pautaram essa decisão, ignoram a jurisprudência mais recente do Tribunal, notadamente o Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, cujo entendimento foi:

"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) ".

14. Desse modo, considero que a inabilitação da [licitante 1] foi irregular, e para que o interesse público seja preservado, acompanho a proposta da unidade instrutiva no sentido de que seja expedida determinação ao GAP-RJ para que promova a anulação da decisão administrativa que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1], que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da referida empresa.

Acórdão:

9.3. determinar ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

9.3.1. promova a anulação da decisão da autoridade competente que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1] no Pregão 45/2020, que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da citada Empresa, tendo em vista que a apresentação, em sede de diligência, do CAT 24097/2021 pela [licitante 1], emitido em 9/3/2021, destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, não se configura motivo plausível para a inabilitação do licitante, conforme entendimento firmado no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. (sem grifos no original)



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
PROCESSO N° 4388

DIA 10/04/2024

Folhas N° 61 Rubrica 6

Trata-se de entendimento novo, cuja interpretação pode encontrar resistência, já que a juntada de um documento novo, ainda que seja para evidenciar um fato existente e eficaz a fim de atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, pode significar uma surpresa aos demais licitantes e uma violação à objetividade das regras editalícias.

Ademais, não se pode olvidar do dever de atenção máxima pelo licitante quando da sua participação na licitação, que teve ciência de todas as regras contidas no instrumento convocatório.

O correto, no entender desta especializada jurídica, é que o edital fixe quais situações serão passíveis de diligência para fins de esclarecimento ou até disponha sobre a juntada de documentos que atestam situação preexistente, gerando menor imprevisibilidade e insegurança à disputa licitatória, em função do dever de respeito ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e da legalidade estrita, **o que não ocorreu no caso em tela.**

Pois bem.

No caso dos autos, a certidão negativa de dívida ativa junto ao Município de São Gonçalo apresentada à fl. 43, pode, salvo melhor juízo, ser considerada condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública.

Vale ressaltar que a empresa recorrida teria apresentado comprovante de solicitação de certidão de dívida ativa, demonstrando que apenas não detinha o documento na oportunidade de realização do certame, dependendo de liberação junto à Fazenda Municipal.

Portanto, levando em consideração que a certidão apresentada seria negativa, o que atesta a situação de regularidade fiscal junto à Municipalidade, seria possível considerar



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 43.38

DATA 10/04/2024

Folhas Nº 62 Rubrica 0

que a apresentação extemporânea do referido documento confirmou condição de habilitação preexistente, na forma do preconizado pelo art. 64 da Lei nº 14.133/21 e pelos julgados da Corte de Contas acima colacionados, no sentido de privilegiar o interesse público.

Contudo, se tal possibilidade de apresentação de documentos atestando a condição de habilitação preexistente não foi estendida a nenhum outro licitante, tal previsão não pode ser concedida à empresa recorrida para fins de substituição da benesse prevista no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06, sob pena de desprestígio ao princípio da isonomia.

É importante registrar que cabe à Comissão de Pregão avaliar a possibilidade de promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, atestando a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, decidindo, por fim, acerca da habilitação ou não da recorrente, sempre de forma fundamentada, sendo de atribuição desta assessoria apenas a análise de legalidade e orientação jurídica acerca das possíveis vertentes aplicáveis, com base na legislação e na jurisprudência correlatas.

Tal orientação já foi exarada nos autos do Processo nº 19.515/2022, cujo objeto foi a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em conjunto com a Comissão de Pregão III, de elaboração de parecer jurídico-normativo desta Procuradoria-Geral, com a finalidade de pacificar o entendimento acerca da vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/1993 e no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, em confronto com os recentes Acórdãos exarados pelo Tribunal de Contas da União, bem como nos autos do Processo nº 17.441/2022, que tratava de recurso em face do resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 080/2022.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, apresenta-se as seguintes conclusões:



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
PROCESSO N° 7387

DIA 10/04/2024

Folhas N° 63 Rubrica 6

i) salvo melhor juízo, não restam dúvidas quanto à impossibilidade de enquadramento da empresa recorrida como EPP no presente certame licitatório, tendo em vista a celebração de contrato administrativo acima dos limites previstos no art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21, no ano-calendário de realização do presente certame licitatório;

ii) em que pese a referida objeção, cabe considerar a alegação quanto ao não preenchimento de declaração para se valer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, tendo em vista a não apresentação pela empresa recorrida da Declaração constante no Anexo VI do edital;

iii) nota-se, com isso, a necessidade de conjugação de dois elementos para fins de contemplação da benesse pleiteada, quais sejam, a declaração em campo sistêmico próprio e apresentação de documento formal neste sentido. Tratam-se de condutas imputadas ao particular, cabendo a este tomar tais providências;

iv) não se revela adequado que o particular valha-se de sua torpeza (não apresentação de informação de desenquadramento) para fazer jus aos benefícios devidos às EPPs pelo fato de não apresentar documentação formal do seu enquadramento nesta qualidade. Inclusive, em comunicação formalizada pelo i. Pregoeiro houve concessão de prazo para apresentação de documentação, prazo este que é conferido unicamente às MEs e EPPs (art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06);

v) ao se levar em consideração que a empresa recorrida não faz jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 (participação do certame licitatório sob tal condição especial), seria possível atrair o entendimento quanto à possibilidade de juntada de documento novo, em sede de diligência, desde que destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública e desde que tal possibilidade fosse estendida a todos os licitantes, sem distinção;

vi) contudo, se tal possibilidade de apresentação de documentos atestando a condição de habilitação preexistente não foi estendida a nenhum outro licitante, tal previsão não



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 6388

DIA 10/04/2024

Folhas Nº 64 Rubrica 6

pode ser concedida à empresa recorrida para fins de substituição da benesse prevista no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06, sob pena de desprestígio ao princípio da isonomia;

vii) contudo, é importante registrar que cabe à Comissão de Pregão avaliar a possibilidade de promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, atestando a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, decidindo, por fim, acerca da habilitação ou não da recorrente, sempre de forma fundamentada, sendo de atribuição desta assessoria apenas a análise de legalidade e orientação jurídica acerca das possíveis vertentes aplicáveis, com base na legislação e na jurisprudência correlatas.

Destarte, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade** para ciência, manifestação e adoção das providências que entender cabíveis.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Subprocuradoria de Processos Administrativos.

Nova Friburgo, 10 de abril de 2024.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga

Subprocurador de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A
D E T U R I S M O E
M A R K E T I N G

| | |
|--------------|---------|
| Processo n.º | 7388124 |
| Fls. | 65 |
| Rúb. | |

A: Comissão de Pregão I

Prezados,

A Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade toma ciência do recurso apresentado pela Empresa Rioforte Gestão e Serviços Ltda.

Remeto o presente Processo Administrativo à Comissão de Pregão para que o despacho da Procuradoria Geral do Município seja levado em consideração na tomada de decisão acerca do recurso em pauta.

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo
Mat.: 062.790

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023.

Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processos de Recurso nº: 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 276/2023

OBJETO:

Trata-se de RECURSOS interpostos pelas empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, inscrita no CNPJ: 38.257.479/0001-19, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, inscrita no CNPJ: 34.550.596/0001-15 e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 18.235.645/0001-79, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recursos Administrativos, conforme comprovam os documentos acostados aos Processos de Recurso nº 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos a partir do dia 19/03/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 22.400/2023, as empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA manifestaram a intenção de interpor recursos.

Por uma simples análise dos presentes Recursos, verifica-se que os mesmos foram enviados com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, as recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA alegam que haveria indício de inexecutabilidade da proposta, pois o valor de R\$295,00 ofertado para a diária pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, seria inferior ao mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

Já a recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA alega que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, declarou-se beneficiária da Lei Complementar 123/06 para regularização de documentos de qualificação fiscal, mas não faria jus ao tratamento diferenciado previsto na referida

Comissão de Pregão I

Lei, pois teria celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA alega que não se sustentaria o argumento trazido pelas recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, pois a simples leitura da referida Convenção comprovaria que o valor alegado como "inferior ao valor mínimo do salário base da categoria" deixou de observar que o valor de R\$331,32 na tabela da CCT 2022/2024 MTE RJ000990/2023 seria referente à função profissional FREE LANCER, que não seria o tipo de contratação em questão, pois no caso concreto haveria um contrato entre o profissional e uma empresa.

Já quanto às alegações da recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, a recorrida alega que:


- 1) não teria havido qualquer declaração preenchida pela empresa declarando ser ME/EPP, conforme seria possível verificar pela documentação anteriormente enviada;
- 2) a Certidão da Dívida Ativa Municipal teria sido prontamente enviada para o sistema dentro do prazo estabelecido, conforme registro de recebimento de anexo através de mensagem do Chat quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro em 13/03/2024 às 14:36:37h, assim como os demais documentos de habilitação, não tendo sido aplicado benefício para ME/EPP.

Comissão de Pregão I

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação de que a proposta apresentada pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA seria inexequível, além de observar que tal possibilidade só seria considerada após diligência do pregoeiro que comprovasse que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistiriam custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, conforme o subitem 14.4.1 do Edital, vejamos a jurisprudência do TCU acerca da matéria:

"A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta." (Acórdão 3092/2014 – Plenário)

"A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada." (Acórdão 1079/2017 – Plenário) 

"É relativa a presunção de inexequibilidade de preços, devendo a Administração ofertar ao licitante a possibilidade de comprovar sua capacidade de bem executar o contrato com os preços propostos." (Acórdão 964/2010-Primeira Câmara)

"Em qualquer situação de suposta inexequibilidade é inadmissível a desclassificação direta de licitantes sem que lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados." (Acórdão 79/2010 – Plenário)

Comissão de Pregão I


"O exercício do juízo de inexecuibilidade demanda máxima cautela e comedimento, mostrando-se irregular a desclassificação de empresas sem que tenha restado demonstrado, de forma evidente, a impossibilidade de prestação do serviço pelo valor ofertado." (Acórdão 284/2008 – Plenário)

Sobre a matéria, vide as considerações de JUSTEN FILHO:

"A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução (...). Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato."

Não por outra razão que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, tem se afirmado que a inexecuibilidade se reveste de presunção relativa. Isto quer significar, em termos práticos, que poderá a proponente afastá-la (inexecuibilidade), mediante comprovação de sua efetiva capacidade de executar o objeto licitado pelo preço oferecido. E nem poderia ser diferente, eis que seria inconcebível que a mera aplicação de uma fórmula matemática ou critérios máximos de aceitabilidade prevalecessem sobre a realidade.

Conforme os julgados supramencionados, não cabe a desclassificação de proposta por inexecuibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados, o que fora realizado pelo Pregoeiro no dia 13/03/2024 às 14:22:32, conforme consta no Termo de Julgamento referente ao grupo 1 que integra o Processo 22.400/2023. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, torna-se desarrazoada a alegação das recorrentes.





NOVA FRIBURGO
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.388/2024

RUBRICA: *cp* FOLHA: **71**

Comissão de Pregão I

Já quanto ao enquadramento da JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA como ME/EPP, vejamos o print do sistema que mostra que a declaração da referida empresa para participar da licitação em comento.

<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/seguo/governo/selecao-fornecedores?etapa=FR&identificador=985867050027620...>

Compras.gov.br PREFMUN DE NOVA FRIBURGO | 985867

Seleção de fornecedores - Fase recursal > Pregão Eletrônico: UASG 905867 - N° 276/2023 (SRP) (Lei 14 133/2021)

Online

Itens Fornecedores

Todos os Fornecedores

| | | | |
|------------------------------|---|--------------------------|---|
| 16.784.818/0001-82 ME/EPP | M S SERRA SERVICOS LTDA | Itens habilitados 2 de 2 | ▼ |
| 40.956.540/0001-68 ME/EPP | SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA | Itens habilitados 1 de 1 | ▼ |
| 24.977.781/0001-37 ME/EPP | JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA | Itens habilitados 1 de 1 | ▼ |

Ademais, no contrato social enviado pela recorrida consta "Empresa de Pequeno Porte", conforme podemos observar a seguir:



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0034872-2

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte



Nº do Protocolo

2024/00153179-8

JUCERJA

Último arquivamento:

00005770178 - 01/11/2023

NIRE: 33.6.0034872-2

JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

Boleto(s):

Hash: CCB90429-C8DE-45C5-8077-F9135BC8F458

| Orgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 460,00 | 460,00 |
| DNRC | 0,00 | 0,00 |

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Nome

JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

Código Ato

Eventos

| Cód | Qtde. | Descrição do Ato / Evento |
|-----|-------|--|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| XXX | XX | XX |
| XXX | XX | XX |
| XXX | XX | XX |
| XXX | XX | XX |

Não obstante as informações contidas no sistema Compras.gov e no contrato social, a JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA celebrou contratos com a

Comissão de Pregão I

Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme alegações da recorrente, não fazendo jus, por conseguinte, aos benefícios da Lei Complementar 123/06.

No entanto, cabe considerar que, conforme os itens 5.1.9 e 5.1.9.1 do edital do PE 276/2023, para se valer dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, a empresa licitante enquadrada como ME/EPP deveria: declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º e apresentar ainda a Declaração atualizada devidamente assinada pelo representante legal e pelo contador (Anexo VI do edital).

Ocorre que, conforme expôs em suas contrarrazões recursais, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA não enviou qualquer declaração preenchida pela empresa declarando ser ME/EPP, o que impossibilitaria a contemplação do tratamento diferenciado, já que não houve a conjugação dos dois elementos que seriam necessários.

Em um primeiro momento, a transcrição do chat das mensagens enviadas pelo Pregoeiro, poderia levar à conclusão de que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA usufruiu das condições da supramencionada lei.

No entanto, após uma análise mais cautelosa, após os apontamentos jurídicos contidos no parecer da Douta Procuradoria Geral do Município, podemos observar que, não obstante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação concedido pelo Pregoeiro, a recorrida não gozou de tal benefício, tendo enviado a Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São

Act

Comissão de Pregão I

Gonçalo no mesmo dia em que ocorreu a solicitação, conforme e-mail acostado aos autos.

Por meio da análise da Ata de realização do Pregão emitida pelo sistema, podemos observar que fora concedido o prazo estipulado no item 15.10 do edital para todas as empresas participantes do certame, para sanar pendências de documentação, em conformidade com o art. 64 da Lei nº14.133/21.

Nesse diapasão, o aceite da Certidão Negativa do Município de São Gonçalo não implicaria em benefício indevido, mas sim na apresentação de documento atestando a condição de habilitação preexistente, tendo tal possibilidade sido estendida aos outros licitantes do certame, de forma a privilegiar o princípio da isonomia.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 276/2023, e no mérito **NEGO PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas **RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA.**

Nova Friburgo, 18 de abril de 2024.


Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934